

A Gramática Racionalista na Península Ibérica

(Séculos XVI-XIX)

ORGS.
Sónia Duarte
Rogelio Ponce de León

Porto, FLUP, 2015

A gramática racionalista em Portugal no século XVI (1497-1610)*

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A realização de um trabalho, no âmbito da historiografia linguística portuguesa, como o que vai ser apresentado nestas páginas parece-me que se depara com problemas que não são fáceis de resolver e que podem condicionar fortemente a análise das fontes objeto de estudo e as conclusões a que se poderá chegar. Há, neste sentido, um conjunto de aspetos relevantes para o tema em análise que ou não foram suficientemente desenvolvidos ou, a meu ver, não foram corretamente respondidos. Por exemplo, cabe perguntar-se pela penetração de critérios doutrinários logicistas para a explicação do funcionamento da língua na gramaticografia da língua portuguesa e naquela que descreve a língua latina, bem como pelo grau de divulgação da teoria racionalista no contexto gramaticográfico português. Relativamente a esta questão, não faltam especialistas que sublinham a matriz logicista ou universalista dos tratados do português publicados no século XVI; é o caso de M^a Helena Carvalhão Buescu, para a qual:

os gramáticos [portugueses] do Renascimento encontram [...] no modelo gramatical clássico o modelo universal. Não estamos tão longe da gramática de Port-Royal, do “cartesianismo” linguístico, nem sequer do generativismo moderno, como poderia parecer (Buescu 1984a: 171);

* O presente estudo foi realizado no âmbito do projecto de investigação “Centro de Linguística da Universidade do Porto – Unidade de I&D – Ano 2010” financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

mais adiante a autora faz finca-pé na mesma questão, a propósito, desta vez, da *Grammatica da lingua portuguesa* (Lisboa 1540) de João de Barros:

nessa obra [a gramática de Barros], que consideramos como o “elo” entre os mentores da Gramática Antiga e os inovadores “cartesianos” de Port-Royal, cuja doutrina, por sua vez, atira para a linguística moderna, a categorização lógica subjaz a todo o discurso e constitui infra-estrutura mental sobre a qual se edifica a doutrina gramatical barrosiana (Buescu 1984a: 179).¹

Em minha opinião, nos tratados metagramaticais do português – com a exceção, bem conhecida, da *Grammatica da lingoagem portuguesa* (Lisboa 1536) de Fernão de Oliveira –, não se pode ver senão o esforço dos seus autores em ajustar a descrição gramatical ao modelo latino ou às fontes – renascentistas – em que se baseiam, sem quaisquer fundamentos, em minha opinião, estabelecidos em torno da explicação lógica dos factos linguísticos. Não parece, por conseguinte, que os tratados metalinguísticos quinhentistas centrados na codificação do português possam constituir um tipo de material relevante para o propósito deste estudo. Com esta afirmação, de maneira nenhuma estou a negar a evidente importância das obras dos primeiros gramáticos do português e o seu contributo para a descrição e a gramatização de certos aspetos da língua portuguesa. Contudo, se se atentar na evolução das ideias gramaticais ou na introdução das correntes teóricas mais inovadoras no Portugal de Quinhentos, deveremos ter em conta os tratados que integram a gramaticografia do latim². Para certas áreas, como a teoria sintática, o estudo das fontes latinas parece-me essencial; para o tema em estudo, assim, com efeito, acontece.

Há, por outro lado, no quadro da gramaticografia latino-portuguesa quinhentista, certos fatores que condicionam claramente o presente trabalho; refiro-me ao facto de, pelo menos até 1615 – ano da publicação da *Verdadeira grammatica latina para se bem aprender em breue tempo* de Amaro de Roboredo –, não haver autores que configurem os seus tratados de forma integral em torno da doutrina racionalista; ou, por outras palavras, faltam, em Portugal, no âmbito do período cronológico em estudo, vultos como Thomas

¹ Quanto à eventual “ligação” entre a gramática barrosiana e a doutrina racionalista, a referida investigadora, noutro trabalho, parece contradizer-se quando confronta aquela com a *Gramática castellana* (Salamanca 1492) – mais “especulativa” esta, segundo a autora – de Antonio de Nebrija: “a gramática de Barros é preceitiva, a de Nebrija doctrinal, o que documenta a intenção eminentemente pedagógica do autor português e a feição especulativa de Nebrija” (Buescu 1984b: 88).

² Concorro, por conseguinte, com Telmo Verdelho quando afirma que “sem menos louvar o mérito documental destas primeiras gramáticas do nosso vernáculo, como enunciados teóricos da linguística portuguesa, e como instrumentos culturais, fica-nos a convicção de que o processo didático e a reflexão e normativa sobre o português passaram, a partir da sua publicação e até ao fim do século XVIII, quase exclusivamente pela gramaticografia latina” (2001: 85).

Linacre, Giulio Cesare Scaligero ou Francisco Sánchez de las Brozas. É possível, não obstante, analisar o grau de penetração dos critérios logicistas na gramaticografia latino-portuguesa³ quinhentista. Considerando como balizas cronológicas o ano de 1497 – ano da publicação dos comentários à gramática de Juan de Pastrana, da autoria dos mestres de gramática Pedro Rombo e António Martins – e o de 1610 – data da publicação da *Arte pera em breue saber latim* de Pedro Sanches de Paredes, julgo pertinente estabelecer uma periodização que coincide só parcialmente com aquela que propõe Telmo Verdelho (1995: 89-133; 2001: 88-92), relativamente àquilo que denomina de “século áureo da gramaticografia portuguesa” (Verdelho 1995: 89). O referido investigador estabelece a seguinte divisão: i) período pastrano ou pré-humanista (1497-1530), caracterizado pela difusão, nas escolas e universidades portuguesas (Verdelho 1995: 90-97; Verdelho 2001: 89-91), do *Thesaurus pauperum*, uma arte gramatical composta no fim do século XIV (Codoñer 2000: 21) pelo talvez maiorquino ou castelhano Juan de Pastrana (Codoñer 2000: 14) e dos comentários àquela por António Martins, Pedro Rombo ou João Vaz, bem como a reação à doutrina que fundamentavam estes tratados; ii) período vernáculo (1530-1572), no qual “o facto mais relevante [...] é, idubitavelmente, a emergência das primeiras teorizações da língua portuguesa” (Verdelho 1995: 98-122); iii) finalmente, um terceiro período – de que não se ocupa Verdelho na obra citada, pelo menos no que à gramaticografia se refere – “marcado pelo predomínio da escolarização dos jesuítas e pelo início da gramaticografia moderna” (Verdelho 1995: 90). A divisão apresentada por este investigador está motivada pelo aparecimento dos tratados que descrevem o vernáculo, mas também parece obedecer à forma como se realizava, no século XVI, a escolarização da língua latina.

No âmbito do tema do presente trabalho, proponho, como foi anteriormente dito, uma periodização relativamente diferente, também tripartida, que toma como referência os humanistas que influenciaram as artes gramaticais latino-portuguesas desta época, com decisivas repercussões na teoria gramatical subjacente àquelas: i) o período de *transição*, caracterizado pela introdução em Portugal dos primeiros gramáticos renascentistas – nomeadamente Juan de Pastrana, Antonio de Nebrija, Johannes van Pauteren ou de Spauter (Despauterius) e William Lily/Erasmio⁴ –, que se estende ao longo da primeira metade do século XVI; ii) o período linacrano, marcado pela penetração, nos

³ Com a expressão ‘gramaticografia latino-portuguesa’, refiro-me, no presente trabalho, ao conjunto de gramáticas, tratados e comentários, redigidos em português ou em latim, que versam sobre aspectos da gramática latina e cujo objetivo era o ensino do latim.

⁴ Trata-se do *Libellus de constructione octo partium orationis* (Londres 1513), redigido por William Lily e revisto por Erasmo de Rotterdam (Sánchez Salor 2002a: 421).

tratados latino-portugueses, de certos critérios defendidos nos *De emendata structura latini sermonis libri sex* (Londres 1524) de Thomas Linacre, com especial incidência nos dois últimos terços de Quinhentos; iii) o terceiro período – que poderia denominar-se de sanctiano e que, adiantado, tem menor relevo do que o anterior – diz respeito ao uso de certos procedimentos integrados na teoria subjacente à *Minerua seu de causis linguae latinae* (Salamanca 1587) de Francisco Sánchez de las Brozas.

2. O RASTO DA GRAMÁTICA RACIONALISTA NO PORTUGAL DE QUINHENTOS

2.1. O período pastrano

No que toca ao primeiro período, certos investigadores (Ramalho 1977-1978: 59; Verdelho 1995: 91; Sánchez Salor 2002b: 185) salientaram, como foi acima referido, a divulgação da gramática de Juan de Pastrana – editada parcialmente por Carmen Codoñer (2000) –, intitulada *Grammatica Pastrane* ou *Thesaurus pauperum siue speculum puerorum* (Lisboa 1497), no contexto escolar português, durante as três primeiras décadas do século XVI – a última edição data de 1522 (Verdelho 2001: 89) –. Este fenómeno viu-se reforçado, no plano pedagógico e editorial, com a elaboração de tratados, da autoria de mestres portugueses de gramática, que, editados juntamente com a arte de Pastrana, comentavam-no em notas marginais e acrescentavam-lhe, em forma de explanações, matéria gramatical; refiro-me, em concreto, às *Materiarum editio a baculo cecorum breuiter collecta* (Lisboa 1497) de António Martins e às *Materiarum editio ex baculo cecorum [...] breuiter collecta* (Lisboa 1497) de Pedro Rombo. Em 1501, João Vaz parece ter preparado outra edição da *Grammatica Pastrane*, à qual “anexou [...] materiais de António Martins e de Antonio de Nebrija” (Verdelho 1995: 92). O próprio João Vaz, de acordo com Santiago López Moreda (1999: 220)⁵ e Eustaquio Sánchez Salor (2002b: 192), tomou, nos seus *In grammaticae rudimentis commentarii* (Lisboa 15..), como fonte Pastrana. Contudo, nas escolas portuguesas – como, de resto,

⁵ Embora López Moreda refira que “[l]a gramática de João Vaz [...] sitúa a nuestro autor como punto de enlace entre la tradición de los antiguos, representada por Pastrana y la nueva corriente humanística que pretende una mayor claridad didáctica enmendando y comentando las doctrinas previas, no sólo de Pastrana, sino también de su fuente más próxima, Antonio Martins” (1999: 220), páginas depois este investigador reconhece que a proposta de Vaz se aproxima mais da gramática de Pastrana do que da dos debeladores da barbárie: “[e]l esquema de J. Vaz, aunque reducido, es en gran parte como el de Pastrana y, pese a su admiración por Valla [...], lo cierto es que olvida la gran aportación de los humanistas [...]. A este respecto, la gramática de J. Vaz nos resulta particularmente descorazonadora” (López Moreda 1999: 224). Não me foi possível consultar o exemplar dos *In grammaticae rudimentis commentarii* guardado na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, por este se encontrar em restauro aquando da realização do presente trabalho.

em Espanha –, houve mestres que rejeitaram a arte de Pastrana, porquanto era considerada – justamente – herdeira da gramática medieval e, por conseguinte, *bárbara*. São, a este respeito, bem conhecidas – pelos trabalhos, já referidos, de Americo da Costa Ramalho (1977-1978) e Eustaquio Sánchez Salor (2002b: 192-200; 2006: 273) – as duras críticas dirigidas, contra Pastrana e os seus seguidores, por Estêvão Cavaleiro, no prólogo à sua *Noua grammatices Marie matris Dei Virginis ars* (Lisboa 1515). Tais críticas não são senão a manifestação, no limiar do século XVI, da intensa polémica gramatical – que parece ter ultrapassado os limites do ensino do latim⁶ – entre os docentes que queriam manter o *Thesaurus pauperum* e aqueles que eram adeptos dos manuais compostos pelos primeiros humanistas *debeladores da barbárie*, como era o caso de Estêvão Cavaleiro, gramático que segue as *Introductiones latinae* (Salamanca 1488) de Nebrija (Sánchez Salor 2002b: 198; 2006: 277-278). Pese embora a crítica de que foram alvo Pastrana e os seus seguidores portugueses, para o presente trabalho, os tratados de António Martins e de Pedro Rombo constituem um valioso testemunho da evolução das ideias linguísticas em Portugal, enquanto elementos que vinculam a teoria gramatical medieval e a gramática renascentista de tipo logicista. Seja como for, antes de passar a analisar a vertente especulativa das obras portuguesas referidas, julgo necessário apresentar certas características relevantes, para o objetivo deste trabalho, do *Thesaurus pauperum* de Pastrana.

A consideração da gramática de Juan de Pastrana, entre os investigadores, não parece ser consensual. Por um lado, Carmen Codoñer refere-se a ela, em termos negativos, como:

una farragosa acumulación de *regulae* que impiden ver las normas generales: árboles genealógicos envueltos en el follaje de las innumerables precisiones que testimonian que la lengua es un fenómeno irreductible a leyes de cumplimiento inexorable (2000: 14).

Por seu turno, a apreciação de Eustaquio Sánchez Salor sobre o *Thesaurus pauperum* é muito diferente, porquanto este investigador sublinha, no plano da teorização gramatical, a modernidade de Pastrana, por diversas razões: em primeiro lugar, é posta em relevo a importância da sintaxe no quadro da exposição gramatical do referido tratado, na medida em que a sequência que apresenta da matéria sintática segue, na opinião do referido investigador, a ordem subjacente dos constituintes da oração – isto é: primeiro é abordada a construção do nome e a seguir a do verbo (Sánchez Salor 2002b: 189) –.

⁶ O trabalho pioneiro de Américo da Costa Ramalho dá-nos notícia de que “[n]a Torre do Tombo existe o pergaminho, datado de 11 de Agosto de 1488, em que D. João II autoriza Cavaleiro a usar arma de defesa para se precaver de Pedro Rombo que o mandara procurar por dois homens, cujos nomes são mencionados, com a incumbência de o matarem” (1977-1978: 57).

O referido autor nota ainda uma maior precisão na caracterização, de novo no plano da sintaxe, da *constructio intransitiua* – centrada na descrição da concordância –, bem como da *constructio transitiva* (Sánchez Salor 2002b: 200), que Pastrana parece identificar com a relação entre o verbo e os constituintes subcategorizados por ele⁷, se bem que se centre apenas em dois tipos de construção, na passiva e na ativa:

Prima uero species constructionis transitivae est passio, qua diuerse dictiones coniunguntur quarum una est persona pociens et alia agens, agente existente intransitivae et pociens transitivae [...].

Secunda species constructionis transitivae est actio qua diuerse dictiones coniunguntur, quarum una est persona agens et reliqua pociens; pociens existente intransitivae et agente transitivae (Pastrana 2000: 66-67).

A redução dos esquemas de construção sintática não é senão um sinal da consideração da *Grammatica Pastrana* como um vínculo entre a gramática medieval e a corrente racionalista que se desenvolve, de forma mais acentuada, em meados de Quinhentos (Sánchez Salor 2002a: 416-418). Com efeito, nos tratados racionalistas desse período, há uma redução das regras sintáticas – como acontece, com efeito, na arte de Pastrana –, bem como uma redução dos esquemas sintáticos básicos – associada a uma tipologia dos verbos que os divide precisamente em ativos e passivos –. Mas, por outro lado, estamos perante uma gramática herdeira da tradição escolar medieval, tal como afirma Carmen Codoñer: “la gramática de Pastrana se atiene a una distribución tradicional dentro de las gramáticas destinadas a la pedagogía y vigentes durante la Edad Media” (2000: 22). Neste quadro, muito possivelmente se possam explicar certos traços logicistas do *Thesaurus pauperum*, precisamente por essa relação – ainda viva na altura em que é composto – com as várias correntes medievais de gramática que coexistem nos séculos XIII e XIV⁸. Mais especulativa, pese embora a motivação didática da obra, resulta ser a teoria gramatical subjacente à *Materies* de Fernando Nepote⁹ – também publicada por Carmen Codoñer (2000: 89-147). Trata-se de um manual composto no último terço do século XV (Codoñer 2000: 39)

⁷ “Secunda enim species constructionis est constructio transitiva que est unio congrua diuersarum dictionum pertinentium ad diuersa, ut ‘lego lectionem’. Cuius sunt due species, scilicet actio et passio” (Pastrana 2000: 66).

⁸ Sobre os pontos de convergência entre a gramática normativa e a modista, Carmen Codoñer observa que “[l]a importancia que la gramática especulativa alcanza en aquellos momentos es tal que, aunque su existencia marcha paralela a la de la gramática normativa, sin interferencias perceptibles, a la larga ésta incorpora, si no en profundidad sí superficialmente, marcas de los modistas” (2000: 20).

⁹ Sobre a não simples conjugação dos traços especulativo e normativo no tratado de Nepote debruça-se Carmen Codoñer, para a qual “[d]iríase que estamos ante una gramática aplicada al aprendizaje de la versión latina que intenta aplicar criterios modistas a los[ic] descripción de los hechos, cosa que le resulta muy complicada debido al carácter práctico y no especulativo de la misma” (2000: 39).

e com o qual as *materiae* de António Martins e Pedro Rombo mantêm uma íntima relação textual, tal como adiantou Carmen Codoñer¹⁰.

Com efeito, António Martins e Pedro Rombo parecem ter introduzido em Portugal não só a arte de Pastrana, como também a *Materies* de Nepote; facto este, em minha opinião, com consequências relevantes quanto à teorização gramatical latino-portuguesa, dado que os referidos mestres apresentam propostas linguísticas de traços claramente medievais – e parcialmente especulativos –, aproximando estas da doutrina logicista quinhentista. Uma prova do vínculo destes materiais com a gramática medieval, bem como da tensão entre o caráter normativo e o especulativo, é constituída pela análise que os dois autores – na esteira, como foi adiantado e como se verá com maior pormenor nos quadros seguintes, da *Materies* de Fernando Nepote – desenvolvem acerca da sintaxe verbal; concretamente, como salientei recentemente (Ponce de León no prelo), acerca da impessoalidade verbal. De forma acertada, partindo de uma das três características do verbo – a *proprietas* –, logo no início dos tratados, é estabelecida uma classificação escolar – mas, sempre, de base semântica – do verbo em pessoal e impessoal:

Nepote (2000 [cc. 1480])	Rombo (1497)	Martins (1497)
Ad meliorem tamen et perfectionem intelligentiam suppositi et uerbi est sciendum quod circa quodcumque uerbum sunt notanda tria: proprietas, significatio et natura. Proprietas in uerbo est uis qua uerbum dicitur personale uel impersonale; unde uerbum personale est illud quod significat actum certitudine numeri et persone; et cognoscitur cum in eius uulgari recte dicitur <i>yo</i> . Sic ‘amo’ <i>yo amo</i> [...]. Et uerbum impersonale est illud quod significat actum sinecerto numero et sine certa persona. Et cognoscitur cum in eius uulgari non recte dicitur <i>yo</i> . Sic ‘seruitur’ <i>se serve</i> ‘dicitur’ <i>dicese</i> o <i>dicen</i> ; ‘amare’, ‘amandi’, ‘tedet’ (94).	Circa quodcumque uerbum sunt notanda tria que requiruntur ad suam dependentiam, scilicet proprietas, significatio et natura. Unde proprietas in uerbo. Est uis significandi ipsum fieri sub determinato uel indeterminato modo loquendi. Per proprietatem intelligimus utrum uerbum sit personale uel impersonale. Verbum personale est quod de se significat cum certitudine numeri et persone. Verbum impersonale est quod de se significat sine certitudine numeri et persone (f. 3 r).	Circa quodcumque uerbum sunt notanda tria, scilicet proprietas, significatio et natura. Ad primum dicendum quod proprietas in uerbo est uis significandi ipsum fieri sub determinato uel indeterminato modo loquendi. Unde per proprietatem intelligimus utrum tale uerbum sit personale uel impersonale? Quid est uerbum personale? Est illud quod de se significat cum certitudine numeri et persone ut ‘lego, is’. Verbum impersonale est illud quod de se significat sine certitudine numeri et persone, ut ‘amatur’, ‘legitur’, ‘tedet’ etc. (f. 3 r).

Quadro 1

¹⁰ “De Antonio Martins, gramático português de esta época, se conservan unas *materiae* [...]. La presentación que se hace de ella [i. e. de la obra de Martins] en el colofón [...] muestra coincidencias evidentes con Nepote” (Codoñer 2000: 35, nº 75).

Contudo, mais adiante, os mestres portugueses parecem atribuir ao verbo impessoal um elemento em função de sujeito *a parte ante* – anteposto –, por outras palavras, os autores não estão a determinar senão o sujeito lógico da oração:

Nepote (2000 [cc. 1480])	Rombo (1497)	Martins (1497)
Verbum impersonale paulo ante dictum est quod est illud quod significat sine certitudine et persone ut oblique dicitur de supposito, ut ‘seruitur’, ‘tedet’, ‘legere’. Et est duplex, scilicet perfecti modi et imperfecti modi (101). Et nota quod triplex est persona in uerbo, una que dicitur persona suppositalis, que recte importatur per nominatium casum, et ista est extrinseca. Alia que est uis significandi ipsum fieri sub determinato uel indeterminato modo loquendi de se, ut ‘de se’; ad aliud, ut ‘ad aliud’; de alio, ut ‘de alio’. Alia que dicitur res uerbalis. A primis duabus uerbum impersonale priuatur, quia res uerbi in omni uerbo intelligitur, ut in ‘amo’ ‘amatio’ in ‘tedet’ ‘tedium’. Et a priuatione persone intelligitur priuatio numeri (102-103).	Circa materiam uerbi impersonalis in generali est sciendum quod uerbum impersonale est uerbum designatium actus ut oblique dicitur de supposito. E<t> dicitur a priuatione personae que recte significatur per nominatium; uel a priuatione personalis proprietatis que est uis significandi ipsum fieri sub determinato modo loquendi de se ut de se; <ad> aliud ut ad aliud; de alio, ut de alio, quoniam de se uerbum impersonale nullam determinatam personam significat. Unde si actus comparatur ad certam substantiam per nominatium designatam et ad certum numerum est personale; si autem non, est impersonale [...]. Et fuit inuentum duplici de causa scilicet causa necessitatis fuit inuentum uerbum infinitiui modi gerundii vel supini ad designandum actum quem oportet intelligi sub obliquitate ad aliud relata. Causa commoditatis fuit inuentum uerbum impersonale finiti modi propter locutione de incerto supposito: que sepe occurrit in expediendis negotiis. Et uerbum impersonale perfecti modi sine compositione est duplex scilicet in ‘ur’ et in ‘t’ (f. 3 v).	Circa materiam uerbi impersonalis in generali sunt notanda quatuor. Primum quid est uerbum impersonale. Secundum a priuatione cuius dicitur. Tertium quotuplex est. Quartum quem casum regit. Ad primum quid est? Dico quod est illud quod de se significat sine certitudine numeri et persone. Ad secundum a priuatione cuius dicitur uerbum impersonale? Dico quod a priuatione persone que recte significatur per nominatium. Vel aliter dicitur a priuatione personalis proprietatis; que est uis significandi ipsum fieri sub determinato modo loquendi de se ut de se; de aliud, ut ad aliud; uel de alio, ut de alio, quoniam uerbum impersonale de se nullam determinatam personam significat. Unde sciendum est quod si actus comparatur ad certam substantiam per nominatium designatam; et ad certum numerum est personalis; si autem non, est impersonalis. Et nota quod in uerbo duplex est persona, scilicet intrinseca et extrinseca. Extrinseca est illa que explicit reddit suppositum uerbo. Sed intrinseca est duplex, scilicet persona suppositalis, id est res uerbalis a qua nullum uerbum priuatur. Et ab ista

Nepote (2000 [cc. 1480])	Rombo (1497)	Martins (1497)
		non dicitur uerbum personale nec impersonale, quia intelligitur in omni verbo. Alia est quedam proprietat significandi ipsum fieri sub determinato modo loquendi de se ut de se, hoc est in prima persona. Ad aliud ut ad aliud, hoc est in secunda persona. De alio ut de alio, hoc est in tertia persona. Et a priuatione talis persona dicitur verbum impersonale. Ad tertium quotuplex est? Dico quod est duplex, scilicet terminatum in 'ur' et in 't' [...] (f. 4 r).

Quadro 2

Nos passos reproduzidos dos tratados de Rombo e de Martins, o verbo impessoal é caracterizado pela ausência de um dos três elementos¹¹ inerentes ao verbo: a *proprietat*, que confere ao verbo a capacidade para determinar ou indeterminar o sujeito da ação verbal e que se pode enquadrar na componente semântica do verbo – ou, pelo menos, numa delas –. No atinente à *Materies* de Martins – bem mais pormenorizada do que a de Rombo –, interessa, sobre esta questão, sublinhar a estruturação bipartida do morfema de pessoa em *persona extrinseca* e *persona intrinseca* – na esteira, como pode ser apreciado no Quadro 2, da *Materies* de Fernando Nepote¹² –, e desta última em *persona suppositalis* e em *proprietat*, noção à qual me acabo de referir. Para Martins, é a ausência da *proprietat* – e não da *persona suppositalis*, que este gramático identifica, diferentemente da abordagem de Nepote, com a *res uerbalis* – a que produz a impessoalidade verbal. Com efeito, a análise que faz Martins da pessoa verbal afasta-se daquela que aparece na *Materies* de Nepote, na qual é apresentada a seguinte classificação deste acidente:

¹¹ A eles, anteriormente, Rombo e Martins já se tinham referido: são a *proprietat*, a *significatio* e a *natura*.

¹² A distinção da *persona* em *intrinseca* e *extrinseca* tem antecedentes na gramática medieval; por exemplo, em Roger Bacon: “persona duplex est; scilicet persona que est suppositum, et persona que est personalis proprietat; a privacione personalis proprietat dicitur impersonale, quia illa nascitur in verbo per comparacionem ad substantiam a parte ante in recto; persona que est suppositum est duplex; scilicet res verbi intrinseca, et nominaliter intellecta; et quia omne nomen est tercie persone, de hac dicit Priscianus quod impersonalia si interius respiciantur sunt tercie persone; alia vero est persona que est suppositum extrinseca, scilicet substantia infinita intellecta a parte post in oblico, que quidem persona finiatur adicione pronominis, sicut dicit Priscianus in primo *Construccionum*” (1940[1265?]: 79-80).

Persona uerbalis		
persona suppositalis = persona extrinseca [a sua ausência produz a impessoalidade verbal]	uis significandi ipsum fieri sub determinato uel indeterminato modo loquendi = persona intrinseca [prima] [a sua ausência produz a impessoalidade verbal]	res uerbalis = persona intrinseca [secunda] [caraterística imanente do verbo]

Quadro 3

Seja como for, para Martins – e também para Nepote¹³ – o verbo parece ser constituído por um elemento permanente – a *res uerbalis* – que, em rigor, impede de haver verbos plenamente impessoais. Esta proposta teórica aproxima-se daquela que, no século XVI, defende – como faz, como é bem conhecido, o Brocense (1995[1587]: 220-232) – a atribuição de um sujeito – em certos casos, com uma relação com o verbo *cognatae significationis* – a cada forma verbal, eliminando, desta maneira, a hipótese da impessoalidade verbal.

Por sua vez, a pormenorizada análise, tanto em Rombo como em Martins, do infinitivo como uma das duas classes de verbos impessoais¹⁴, aproxima os tratados em estudo da doutrina racionalista de Quinhentos:

Nepote (2000 [cc. 1480])	Rombo (1497)	Martins (1497)
In materia infinitiui sunt notanda septem: Primum quid est infinitiuus. Secundum, unde dicitur. Tertium, quotuplex est. Quartum quot modis potest dari thema infinitiui. Quintum quomodo componitur latinum. Sextum quot modis accipitur. Septimum quot constructiones habet infinitiuus. Ad primum. Infinitiuus est uerbum impersonale imperfecti modi de se actus uerbi significatium cum	Infinitiuus est uerbum impersonale de se actus rei cum imperfectione designatium sub certo tempore et est eiusdem significationis et nature sicut uerbum a quo descendit (f. 4 r).	Circa materiam infinitiui sunt notanda quatuor. Primum quid est. Secundum an uerbum infinitiui sit personale uel impersonale. Tertium cuius significationis et nature sit. Quartum quot constructiones habet. Ad primum quid est? Dico quod est uerbum impersonale de se actus rei cum imperfectione designatium sub certo tempore. Ad secundum utrum sit personale uel impersonale? Ad hoc respondendum

¹³ O gramático castelhano chega a apresentar exemplos: “in ‘amo’ ‘amatio’ in ‘tedet’ ‘tedium’”. Exemplos correspondentes a estes não aparecem no tratado de Martins.

¹⁴ Relembrem-se as palavras de Nepote: “[Verbum impersonale] est duplex, scilicet perfecti modi et imperfecti modi [i. e. infinitivo]” (2000: 101).

Nepote (2000 [cc. 1480])	Rombo (1497)	Martins (1497)
certo modo et tempore, quoniam infinitius est actus et significatum uerbi est eiusdem significationis et nature sicut uerbum a quo nascitur [...] (106-107).		est cum sua deffinitione dicendo quod est uerbum impersonale. Ad tertium cuius significationis et nature sit? Est dicendum quod est eiusdem significationis et nature sicut uerbum a quo descendit. Ad quartum quot constructiones habet? Dico quod sex (f. 6 r).

Quadro 4

Segundo os dados de que disponho, o tratamento, nestes comentários, do infinitivo como verbo impessoal parece ser o primeiro testemunho deste tipo de análise na gramaticografia latino-portuguesa e antecede, a respeito desta questão, quase 120 anos as propostas racionalistas registadas na *Verdadeira grammatica latina para se bem saber em breue tempo*¹⁵ (Lisboa 1615), o primeiro tratado gramatical de Amaro de Roboredo (Ponce de León 2008: 249).

2.2. O período linacriano

Na querela gramatical que, em Portugal, se originou entre os defensores de Pastrana e os de Nebrija – e doutros autores que já foram referidos acima, como Despauterius e Lily/Erasmus –, parecem ter vencido estes últimos, o que se manifestou na composição de artes que seguem os esquemas das gramáticas europeias mais importantes (como as de Nebrija ou Despauterius), bem como de outros tratados de repercussão internacional (como é o caso do *libellus sintático* de Lily/Erasmus). Neste grupo, parece-me que devem enquadrar-se os seguintes manuais para o ensino do latim:

Estêvão Cavaleiro (1515): *Noua grammatices Marie Matris Dei Virginis ars* (Lisboa).

João de Barros (ca. 1538): *Grammatices rudimenta*, ms. (Biblioteca Nacional de Lisboa, cota IL. 148).

Máximo de Sousa (1535): *Institutiones tum lucide, tum compendiose latinarum literarum* (Coimbra).

Nicolau Clenardo (1538): *Institutiones grammaticae latinae* (Braga).

Jerónimo Cardoso (1552): *Grammaticae introductiones breuiores et lucidiores* (Lisboa).

¹⁵ Desta obra – da qual há apenas um exemplar localizado – foi publicada recentemente uma edição fac-similiada com estudo preliminar de Gonçalo Fernandes, Rogelio Ponce de León e Carlos Assunção (2007).

A partir, no entanto, do início da segunda metade de Quinhentos, começa a haver autores que, para a fundamentação e a configuração de certos aspetos dos seus tratados e gramáticas, acolhem propostas teóricas diferentes daquelas que se registam nas *Introductiones latinae* de Nebrija ou noutras artes de referência; refiro-me, concretamente, como já adiantei, aos *De emendata structura latini sermonis libri sex* de Thomas Linacre, autor que, como é bem conhecido, introduz uma orientação da teoria gramatical para terrenos próximos da gramática racionalista – embora, quanto a esta questão, pareça não haver total consenso entre os especialistas¹⁶ –. A este respeito, um dos aspetos característicos na teoria linacriana é o estabelecimento das figuras de construção como componente essencial da sintaxe, precursora, segundo María Luisa Harto Trujillo (1998: 29) dos pressupostos gramaticais de Scaligero e do Brocense. Ainda neste sentido, Sánchez Salor afirma que:

En él [Linacre] encontramos ya los rasgos típicos de las figuras de construcción en la Gramática racional de la segunda mitad del s. XVI:

- Las figuras de construcción son un procedimiento gramatical y no un *uitium*. Y un procedimiento gramatical de gran importancia.
- Operan entre dos niveles gramaticales o sintácticos: el de la construcción racional completa y el de la construcción de nivel de uso [...] (2002a: 534).

Os manuais portugueses que se fundamentam – em maior ou menor medida – em diversos aspetos da obra gramatical de Linacre tiveram uma difusão variável: certas obras só foram publicadas uma vez – como o *De uerborum coniugatione commentarius* (Lisboa 1540) de André de Resende –; noutros casos, pelo contrário, tiveram uma difusão enorme – como a gramática de Manuel Álvares –. Não faltam, com efeito, a partir da década de quarenta, referências explícitas, por parte de gramáticos portugueses, ao humanista britânico. No *De uerborum coniugatione*, por exemplo, Resende defende, com a autoridade de Linacre, a inclusão, no presente do imperativo latino, das formas verbais habitualmente consideradas pelos gramáticos como de futuro do imperativo: “Praesens tempus imperatiui duplicem habere uocem, ‘ama’, ‘amato’, quarum alteram neoterici praesens faciunt, alteram futuri,

¹⁶ Perante os investigadores que defendem Linacre como fonte ou antecedente da *grammatica sanctiana* (Percival 1976: 243-245; Padley 1982: 49; Harto 1998: 31; Sánchez Salor 2002a: 430-433), outros autores, pelo contrário, questionam esta leitura “logicista” da obra gramatical linacriana – especialmente no que toca à análise da elipse (Jensen 1986: 117, 122-123) –; o próprio W. Keith Percival salienta os aspetos diferenciadores entre o *De emendata structura* e o *Minerua*: “Linacre differs from Sanctius in that he actually provides terms for the two types of construction. He also treats the class of verbs differently from Sanctius, dividing them semantically into three types (active, passive, neuter) and syntactically into two (transitive and intransitive). Nor is there any trace of the rationalistic tenor which characterizes the *Minerua*” (1976: 244-245).

recte et uere Linacer Britanus, uir doctissimus, iam ante peruicit” (Resende 1540: f. cv^o)¹⁷. Por sua vez, Duarte Pinhel no seu *Latinae grammatices compendium* (Lisboa 1543), na esteira de Linacre e de Resende, agrega ao paradigma do presente do imperativo, as formas do futuro: “Imperatiuus, quasi praesens uel futurum / Singular. ‘Es’ uel ‘esto’. ‘Sit’ uel ‘esto’. *Tu see.* / Pluralis. ‘Simus’, ‘este’ uel ‘estote’, ‘sint’ uel ‘sunto’. *Nos seiamos*” (Pinhel 1543: f. Fiiiv^o)¹⁸. Não parece, contudo, que, até meados de Quinhentos, os gramáticos latino-portugueses tenham reorganizado o esquema sintático das suas obras a partir dos pressupostos linacrianos. No caso, de novo, do *Latinae grammatices compendium*, a estrutura da sintaxe (Pinhel 1543: ff. aar^o-cciiir^o) parece ter sido tomada de tratados que configuram a matéria a partir do eixo concordância / regência – talvez a *Syntaxis* despauteriana –; já no relativo à regência, sob a epígrafe *De constructione quarundam partium orationis* – a mesma que aquela que aparece na gramática de Nebrija –, Pinhel aborda, provavelmente na esteira do livro quarto nebrissense, a sintaxe verbal e, a seguir, a das restantes *partes orationis*. É interessante, porém, notar que Pinhel intercala um tratado sobre a construção figurada – *De figuris constructionum* (Pinhel 1543: ff. ccr^o-cciiir^o) – que não aparece no livro sintático das *Introductiones latinae* – embora aquele tenha sido tomado, a meu ver, dos *Erotemata* nebrissenses (Nebrija 1540: f. lxiiir^o/v^o) –, o que poderia indiciar a inclusão consciente, por parte do autor, das figuras no plano geral da sintaxe, tal como defende Linacre. Por outro lado, a caracterização inicial da sintaxe – “[s]yntaxis est orationis partium quasi quaedam structura, recta et congruens ac sine uitio, ad formandam orationem ac explicandam aliquam animi conceptionem” (Pinhel 1543: f. av^o) – poderia seguir a definição correspondente do tratado linacrano, em cujo livro terceiro começa a tratar da:

[...] partium inter se emendata structura, quae etiam constructio dicitur [...].

Est igitur constructio debita partium orationis inter se compositio, sicuti recta grammatices ratio exigit.

Porro recta grammatices ratio ea est, quae ueterum probatissimi plurimum, cum loquendo tum scribendo sunt usi (1998[1524]: 214).

¹⁷ De forma coerente com o comentário reproduzido, Resende gramatiza este aspeto no paradigma do imperativo: “Quasi presens, uel futurum. / *Ama tu.* / S. *Ama.* *Amet* [...]. *Aliter.* / *Ama tu.* / S. *Amato tu.* *Amato ille*” (Resende 1540: f. ciiv^o).

¹⁸ Agradeço ao Prof. Telmo Verdelho o facto de me ter facultado fotocópia da gramática de Duarte Pinhel.

As figuras de construção também estão presentes no capítulo sintático dos *Grammatices duo compendia* de Fernando Soares Homem (1557: ff. 48r-50r)¹⁹, se bem que este critério possa ter sido tomado do respetivo tratado despauteriano. Seja como for, parece que quer em Duarte Pinhel, quer em Fernando Soares Homem há plena consciência de que, no quadro da sintaxe, devem ser integradas estruturas que se afastam das regras apresentadas.

A reorganização da sintaxe em torno dos eixos da *constructio iusta* / *constructio figurata*, incipiente ainda nas gramáticas de Pinhel e Soares Homem, parece concretizar-se, de uma maneira mais nítida, como pus em relevo há alguns anos (Ponce de León 2006b), num tratado sintático que comenta o livro IV das *Introductiones latinae nebrissenses*, intitulado *In librum quartum Antonii Nebrissensis de constructione decem partium orationis lucidissima explanatio* (Lisboa 1565), do humanista galego Álvaro de Cadaval, no qual, a *constructio figurata* é integrada de forma natural numa estruturação quadripartida da sintaxe:

Constructio est debita partium orationis compositio. Et est quadruplex: recta, rectissima, obliqua et figurata. Constructio recta fit per nominatium et uerbum et accusatium [...]. Constructio rectissima fit per nominatium, uerbum et duos accusatiuos [...]. Constructio obliqua fit per nominatium, uerbum et casum obliquum [...]. Constructio figurata quando figurate loquimur (Cadaval 1565: f.4r^o);

bem como num opúsculo anónimo – se bem que certos investigadores o tenham atribuído a Manuel Álvares (Verdelho 1995: 121-122) – intitulado *De constructione octo partium orationis* (Coimbra 1555), que foi publicado, entre 1555 e 1570, em cinco ocasiões; em quatro delas, aparece como material complementar à edição que se realizou em Portugal da gramática de Johannes Despauterius: os *Carmina Ioannis Despauterii de arte grammatica* (Coimbra 1555) (Ponce de León 2002a: 232-233). A este respeito, importa salientar o facto de, a meu ver, a via principal de entrada, em Portugal, do pensamento gramatical do humanista britânico serem precisamente os tratados gramaticais elaborados por docentes da Companhia de Jesus, em cujas aulas quinhentistas se serviam - tal como registam os livros de curso dos colégios -, para além da gramática de Nebrija e dos *Commentarii grammatici* de Despauterius, do tratado de Tomás Linacre, obra especialmente do agrado de certos pedagogos e docentes de gramática jesuítas (Ponce de León 2000: 240-241). No que

¹⁹ De novo agradeço ao Prof. Telmo Verdelho o facto de me ter facultado fotocópia da gramática de Fernando Soares Homem.

toca à influência do tratado linacriano sobre o *De constructione octo partium orationis*, referi que esta é mais nítida do que nas gramáticas anteriores, mas ainda não parece ser assumida explicitamente pelo autor; ou, por outras palavras, não há, no *De constructione octo partium orationis*, uma referência expressa à organização da sintaxe em *iusta* e *figurata*, sem qualquer preceito preliminar. Contudo, como já referi num trabalho anterior (Ponce de León 2002a: 218-224), a organização sintática bipartida linacriana subjaz de forma diáfana ao opúsculo português. Com efeito, no início do último capítulo – em que é desenvolvida a matéria relativa às figuras de construção –, é sintomática a enunciação dos dois tipos de construção oracional: “[c]um nihil in oratione deest quominus perfecta sit, iusta et integra uocatur. Si ad plenam constructionem aliquid ex consuetudine omisum est, quod facile subaudiri potest, oratio figurata uocatur” (2002a[1555]: 250). O avanço, no quadro das ideias sintáticas em Portugal, parece claro, porquanto os procedimentos linguísticos integrados na construção figurada passam a fazer parte da descrição sintática ao mesmo nível que o da construção normativa, se bem que a primeira parta, de acordo com a afirmação reproduzida acima, necessariamente da segunda – e, nessa perspetiva, não é irrelevante a sequência de exposição: primeiro a *constructio iusta*, depois a *figurata* –. Outro aspeto que me parece relevante é, no capítulo dedicado à construção do verbo, a preeminência – é verdade que ainda não sistemática – da caracterização sintática sobre as habituais taxinomias apresentadas nas gramáticas latinas renascentistas; refiro-me, concretamente, à definição que oferece o autor sobre os verbos - seja qual for o tipo - que subcategorizam um acusativo interno: “[o]mne uerbum actiuum, aut deponens actiuae significationis, aut commune, quum in actiua significatione dicitur, construitur cum accusatiuo, qui rem significet patientem” (2002a[1555]: 238), preceito que, a meu ver, segue de perto, *mutatis mutandis*, o pensamento linacriano²⁰.

Antes, referia-me ao facto de os alvaresianos *De institutione grammatica libri tres* constituírem o ponto alto da introdução da doutrina de Thomas Linacre na gramaticografia latino-portuguesa, questão que já foi sublinhada por Manuel Mañas (1999: 237-249), num estudo pioneiro sobre a sintaxe alvaresiana. Com efeito, os eixos – explícitos – em torno dos quais é configurada a teoria sintática alvaresiana são, por um lado, a *constructio intransitiua* e a *constructio transitiua* e, por outro, a *constructio iusta* e a *constructio figurata* (Ponce de León 2005: cxliii). Este esquema é claramente apresentado no comentário que inicia o livro segundo:

²⁰ “Omne igitur actiuum uerbum, qua utique est actiuum, in accusatiuum patientis personae transit” (Linacre 1998[1524]: 306).

Syntaxis Graece, Latine constructio, est recta partium orationis inter se compositio. Porro recta compositio ea censenda est qua usi sunt auctores qui pure et emendate scripserunt. Haec duplex est: altera transitiva, cum partes nimirum orationis in casum dissimilem praecedenti transeunt [...]. Altera intransitiva, cum orationis partes aut nullum post se casum habet [...]; aut certe non diuersum ab eo qui antecessit [...]. Utraque in iustam et figuratam diuiditur: illa omnibus suis numeris perfecta atque expleta est [...]. In hac, ut plena sit, nonnihil desideratur (Álvares 2005[1572]: 289).

Contudo, a partir do *De emendata structura*, Manuel Álvares não se limita apenas a elaborar teoria sintática sobre a divisão da *constructio* em *intransitiua* e *transitiua*; do gramático britânico toma também a noção de *persona* e, consequentemente, a distinção entre a *persona constructionis* e a *persona sermonis*²¹, conceitos que, na teoria sintática alvaresiana, são utilizados de forma ocasional – mas decisiva – para explicar a atribuição – ou não – de um sujeito gramatical às formas verbais consideradas impessoais pelos gramáticos:

Habet itaque [afirma o gramático madeirense] uerba impersonalia tertiam personam. Quod autem Varro ea appellauit ‘uerba sine personis’, ‘praecipuas’ intellexit ‘personas’. Impersonalium máxime passiuarum declinationis quaedam fere nunquam admittunt casum nominandi, cuiusmodi sunt ‘itur’, ‘statur’, ‘egetur’, ‘caletur’, ‘seruitur est’ et caetera eiusdem generi, quae potissimum sunt impersonalia, siquidem priuantur utraque persona et sermonis et constructionis anteriore. Persona sermonis est aut eius qui loquitur, ut ‘scibo’, aut eius ad quem sermo dirigitur, ut ‘scibis’, aut eius de quo fit sermo, ut ‘scibit’. Persona uero constructionis uocatur praecipue nominatiuus gentis seu patientis, ablatiuus agentis et acusatiuus patientis (2005[1572]: 152-153).

Relativamente a estas noções, concordo com M^a Luisa Harto Trujillo quando afirma que:

la *persona constructionis* debe ser considerada como un concepto puramente gramatical, a pesar de que repose sobre el contexto y la realidad extralingüística; mientras que la *persona sermonis* se refiere a la situación concreta del referente en el discurso, ya sea emisor, receptor, o simplemente sea aludido (Harto Trujillo 1998: 217, n^o 6).

Se comparada com a proposta de Thomas Linacre, importa, seja como for, sublinhar, no âmbito da *persona constructionis*, o facto de haver uma redução,

²¹ “Sunt ergo constructionis duo prima genera. Alterum, cui nec deest quippiam, nec redundat, nec loco suo abest, nec immutatur, quod non immerito ‘iustum’ appelletur. Alterum contra, cui deest aliquid, uel redundat, uel loco suo abest, uel immutatur, non tamen sine summorum in Romana lingua uirorum exemplo, quod ‘figuratum’ dici potest.

Horum quoniam utrumque tractare seorsum statuimus, prius in duplex rursus genus diducimus. Alterum, quod ex personae ratione totum pendet, quam argumento prosopice appellas. Alterum, quod personae discrimen non agnoscit. ‘Personam’ hoc loco generaliter appello, quicquid rationem exhibet alicuius, ut subsistentis, uel uocati, uel agentis, uel patientis, uel cui accedit decedit quippiam, uel causae, uel loci, uel temporis, uel instrumenti, uel denique quod casus alicuius propriam rationem praefert. Voceturque (si non displicet) haec ‘constructionis persona’, sicuti altera, quae ab hac est diuersa, ‘sermonis’, nempe quae loquitur, ad quam sermo dirigitur, de qua sermo habetur” (1998[1524]: 216).

na doutrina alvaresiana, dos referentes a que aludem os elementos gramaticais – *nominatiuus agentis seu patientis*, *ablatiuus agentis* e *acusatiuus patientis* – a que se refere a *persona constructionis*. Tal redução provavelmente obedece a uma tentativa de adequação dos traços da *persona constructionis* ao objeto de análise: os verbos impessoais. De facto, estes, de novo na esteira de Thomas Linacre, ocupam uma posição central no pensamento sintático de Manuel Álvares, que os analisa minuciosamente nos dois primeiros livros da gramática. Com efeito, o humanista madeirense advoga, com a autoridade dos *grammatici antiqui*, que os verbos impessoais são assim chamados, como se pode observar no passo reproduzido acima, porque carecem de primeira e segunda pessoas, mas não porque careçam da concordância com um constituinte – elidido ou presente na realização oracional – que assume a função de sujeito. Esta análise abrange tanto os impessoais ativos como os passivos. Relativamente aos primeiros, são numerosos os comentários nos *De institutione grammatica libri tres*, nos quais é determinada, na oração, a sequência em função de sujeito e, por conseguinte, a recusa à análise da forma verbal como impessoal. Assim acontece, por exemplo, com os usos aparentemente impessoais de *est*, *interest* e *refert*:

Est, interest, refert cum officium atque ad rem pertinere significant, prima et secunda persona carent, qua de causa impersonalia uerba siue uerba sine personais, ut Varro loquitur, possunt appellari. Itaque cum uerbum impersonale dicimus, praepositio ‘in’ priuationem declarat primae et secundae personam, quibus uerbum priuatur, non nominatiui, siue personae agentis seu patientis, ut grammatici iuniores uolunt [...]. Haec tria uerba [...] modo nominatiuum habent aperte. Cic., 5, Tusc.: “Sapientis est proprium nihil quod poenitere possit facere” [...]. Modo infinitum uerbum aut orationis membrum loco nominatiui accipiunt. Idem, 2, De Orat.: “Tardi ingenii est riuulos consecrari, fontes rerum non uidere”. Idem, Ad Apium, lib. 3: “Utriusque nostrum magni interest prius ut te conueniam quam decedas”. *Prius ut te conueniam quam decedas*, hoc membrum siue pars totius orationis uerbi *interest* nominatiuus est. Itidem *maiores natu uereri* uice nominatiui ponitur, nisi quis uelit *officium* seu *proprium* subaudire, ut “Adolescentis officium est maiores natu uereri”, ut illud “Sapientis est proprium nihil quod poenitere possit facere” (Álvares 2005[1572]: 331).

Como se pode observar na passagem reproduzida, Álvares trata de analisar, no plano da realização oracional, os segmentos que podem funcionar *uice nominatiui*, se bem que não exclua a hipótese do recurso à elisão de um segmento da oração – por exemplo, no caso das duas últimas orações referidas, os substantivos *officium* ou *proprium*²².

²² É possível que Álvares esteja a evocar a doutrina defendida pelo Brocense nas *Verae breuesque grammatices latinae institutiones* (Lyon 1562), nas quais, sobre a análise do genitivo com o verbo *sum*, é dito o seguinte: “Dicimus *patris est*, uel *patrium est*; *regis est*, uel *regium est*, et subintelligimus ‘officium’, ‘munus’, ‘negotium’ siue ‘consilium’” (Sánchez de las Brozas 1566[1562]: f. 22r^o). No entanto, a meu ver, não há dados consistentes que permitam tornar a afirmação precedente em mais do que uma mera suposição.

No que toca às formas impessoais passivas, é detetado o mesmo cuidado na análise oracional, porquanto os verbos impessoais deverão ter, de forma expressa ou subentendida, um sujeito:

Habent itaque impersonalia personam tertiam, qua si destituta essent qui fieri posset ut casum ante se haberent? Verum enimvero cum ante se casum recipiunt, finita dicenda sunt, tunc enim et numerus et persona apertissime definiuntur, ut *Vita haec quae uiuitur, potius mors qua multa dicenda est*. Item, *Curritur campus, mare nauigatur; Tertia uiuitur aetas; Tota Mihi dormitur hyems* [...] (Álvares 2005[1572]: 171).

Esta posição leva o autor a tratar de esclarecer, em não poucas passagens dos livros primeiro e segundo, os motivos por que estes verbos foram denominados impessoais pelos gramáticos antigos, cuja autoridade Álvares contrapõe à dos gramáticos *recentiores*. De novo no atinente às formas passivas, o jesuíta explica que:

Appellantur ergo uerba quae habent tempora sine personis siue, ut iuniores loquuntur, impersonalia, non quod sine patientibus personis a fronte expressis fere legantur, sed quia personis priuantur. Cum audis personas, intellige quae principatum tenent [i. e. a primeira e a segunda] [...]. Merito haec defectiua siue mutila existimanda esse censet Donatus, utpote quibus praecipue personae deficiant (Álvares 2005[1572]: 379).

Com efeito, o gramático jesuíta, no fragmento acima reproduzido, invoca a autoridade dos gramáticos *ueteres* – neste caso, Donato, entre outros –; não me parece credível, porém, que Álvares não tenha lido atentamente o *De emendata structura*, no qual certas formas verbais, consideradas impessoais, são denominadas defetivas – “[q]uinque numero defectiua nontantur, quae impersonalia uulgo grammaticorum dicuntur: *poenitet, tedet, miseret, piget, pudet*” (Linacre 1998[1524]: 360) –. Importa, a este respeito, referir que Álvares parece, no quadro dos verbos passivos impessoais, avançar na análise iniciada por Linacre – se bem que numa direção diferente daquela que é adotada por Francisco Sánchez de las Brozas –, porquanto o humanista britânico afirma que há um grupo de formas passivas – cuja voz ativa pode apenas subcategorizar um acusativo interno; do tipo, por conseguinte, *uiuo uitam* – consideradas impessoais por aparecerem sem sujeito expresso: “quae tertiam fere singularem recipiunt, ut *statur, curritur, dormitur*. ‘Impersonalia’ ideo dicta, quod sine patientibus personis a fronte expressis fere legantur” (Linacre 1995[1524]: 84); por seu turno, o jesuíta, como acabamos de ver, defende²³ a atribuição, para este tipo de verbos, de um segmento em função

²³ Interessa sublinhar que, no discurso gramatical alvaresiano, o membro do enunciado “non quod sine patientibus personis a fronte expressis fere legantur” parece evocar, como polifonia textual, as palavras já referidas de Thomas Linacre.

de sujeito, ao ponto de estabelecer com a forma passiva a concordância no plural, no caso de o sujeito estar nesse número: “Non uideo cur uerba haec interim non habeant, si opus erit, tertiam personam multitudinis. Cur enim non dicant glires *Totae nobis dormiuntur hyemes?*” (Álvares 2005[1572]: 380). É verdade que Linacre também defende a atribuição de um sujeito no plural para as formas passivas *impessoais*²⁴; contudo, Álvares parece aprofundar esta questão e, a partir da delimitação de um sujeito para estas formas – ou pelo menos para muitas delas... –, realçar o facto de muitos dos denominados *verbos neutros* poderem subcategorizar uma sequência em função de complemento direto e, por sua vez, muitos dos *uerba actiua* poderem utilizar-se de forma absoluta; estes são exemplificados, a partir de uma citação de Plauto, com as formas ativas correspondentes a *amatur* e *egetur*:

Deinde ab *amo* et similibus uerbis quae in omnes personas transeunt, fieri impersonalia, quod ueterum auctoritate probari potest. Plaut., Pseud.: “Quid agitur, Callidore? Cat.: Amatur atque egetur acriter”. Hoc est dicere “Quid agis? Amo atque Egeo”. Caeterum ab his uerbis tum demum fiunt impersonalia cum uoce actiua absolute ponuntur, quod uerbis *amo*, *turbo* potissimum accidet [...]. Verum [...] dices ubi est nominandi casus utriusque uerbi amandi et egendi? Verbi amandi honestius tacetur quam exprimitur. Egendi atque caeterorum, quae primo aspectu prorsus uidentur absoluta, usitatus ornatiusque sumpprimitur quam explicatur [...]. *Seruitus* [como sujeito interno de *seruitur*] elegantius omittitur quam adhibitur, quanuis aliquando actiuo adiungatur. Plaut., Milit.: “Nam ego iandiu apud hunc seruitutem seruiro” (Álvares 2005[1572]: 379).

Seja como for, Manuel Álvares impõe – como, de resto, acontece com a doutrina linacriana –, na atribuição do sujeito a certas formas passivas²⁵, restrições condicionadas pelo uso. Acontece assim com a determinação do sujeito para certas formas *impessoais* passivas:

Dicet aliquis: “subaudiuntur nominandi casus *itio* [para *itur*], *statio* [para *statur*], *calor* [para *caletur*], *seruire*, id est, *seruitus* [para *seruitur*]”. Ideo dixi, fere nunquam quae sunt huius generis antecedere casum, quia, etiam si demus posse audiri, nunquam tamen in publicum prodeunt (Álvares 2005[1572]: 153).

²⁴ “Alia in tertia duntaxat singular talem interpretationem admittunt, ut ea quorum actio in aliquid cognatae tantum significationis transit, quo modo tertia persona quorundam, quae alias neutra absoluta sunt, passiuam interpretationem recipit, ut *curritur stadium*, quanquam nihil prohibet, quo minus haec quoque, si opus sit, plurius proferantur. Tametsi Diomedes repugnat, sed nulla nixus ratione. Cur enim non *curruntur stadia*, sicut *curritur stadium* dicas?” (Linacre 1998[1524]: 84).

²⁵ “[...] [E]n Linacro, *usus* y *auctoritas* parecen estar aún por encima de la *ratio*, que debe someterse a ellos” (Harto Trujillo 1998: 33).

Ou no tratado dedicado às partes da oração – em concreto, ao verbo –:

Cum [...] praecedens casus ita desideratur ut uix subaudiri possit, tunc infinita [i. e. *impersonalia*] licebit appellare, quod et numerus et persona aut contra communem loquendi consuetudinem aut difficillime definiatur. Liu., 1, Ab Urb.: “Siccitare eo anno laboratum est”. Ibid.: “Ad laniculum forte uentum erat”. Terent., Adelph.: “Cessatum usque adhuc est”. Cic., Pro Quint.: “Ad me uentum est”. Idem, Ad. Att., lib. 10: “Hic maneri diutius non potest”. Ad eundem, lib. 2: “Item ante non esse itum obuiam, cum iri máxime debuit”. Ubi enim reperiemus casus qui haec et similia possint antecedere? An *labor, uentio, cessatio, mansio, itio*? *Cessatio cessatum est, Itio itum est* non patitur Latini sermonis consuetudo. Dicit fortasse aliquis confugiendum esse ad nomina uerborum, hoc est, ad uerba infiniti modo quae nominum partes agunt, ut *Laborare laboratum est, Venire uentum est, Cessare cessatum est*, et caetera eodem modo. Quo remedio soloecismum quidem subterfugiemus, sed quis unquam sic est locutus? (Álvares 2005[1572]: 172).

Esta limitação é extensível, de forma coerente, ao eventual estabelecimento do complemento direto para certos verbos neutros, se bem que, em certos casos, estes verbos possam subcategorizar um acusativo interno, como é o caso de *seruio*²⁶. Por conseguinte, na teoria alvaresiana, a elipse não é considerada um procedimento sistemático na determinação deste tipo de constituintes como complemento direto, porquanto alguns verbos neutros rejeitam, em opinião do gramático madeirense, esta possibilidade, como é o caso de *egeo*: “Egendi uerbum non eiusdem esse generis, nec enim dicimus *egeo egestatem*, ut *noceo noxam, seruio seruitutem*: qui enim diuitiarum flagrant cupidine, non egent egestate, sed pecunia” (Álvares 2005[1574]: 380). Com efeito, pode observar-se, dos passos reproduzidos, que a análise que Álvares faz dos verbos impessoais está fortemente condicionada pelo plano da realização oracional, afastando-se, assim, dos esquemas sintáticos tripartidos subjacentes – nominativo + verbo + acusativo – que os gramáticos racionalistas da época propõem. Neste sentido, não obstante a descrição sintática levada a cabo por Manuel Álvares ter sido interpretada por alguns investigadores como uma sorte de junção entre a gramática normativa e a gramática racional, em minha opinião, a doutrina alvaresiana parte de uma fonte comum aos gramáticos racionalistas – os *De structura emendata latini sermonis libri sex* – para abrir uma via, de tipo não racionalista, de análise dos constituintes no plano da realização oracional, não assumindo a elipse como procedimento sistemático para a explicação das irregularidades detetadas no nível do uso. É verdade, a este respeito, que Álvares, em duas ocasiões, nas páginas iniciais do livro dedicado à sintaxe – em particular, no momento de abordar a concordância entre participios e predicativos com os

²⁶ “*Seruitus* [como sujeito interno de *seruitur*] elegantius omittitur quam adhibetur, quanuis aliquando actiuo adiungatur. Plaut., Milit.: “Nam ego iandiu apud seruitutem seruio” (Álvares 2005[1572]: 379-380).

respetivos substantivos –, defende, na esteira talvez de Prisciano (Ponce de León 2005: cxlv) e – de novo – de Linacre²⁷, o estabelecimento de dois planos linguísticos: i) o da produção ou realização linguística e ii) o das relações estruturais, de forma que, no segundo, perante a eventual variação na ordem dos constituintes no primeiro, são asseguradas as conexões sintáticas entre eles (Ponce de León 2005: cxlv-cxlv). Esta distinção advém da preocupação de Álvares por explicar as relações de concordância entre certos participípios, em formas verbais da voz passiva, e o sujeito e o predicativo respetivo:

Participia *factus, creditus, dictus, dicendus, uisus, appellatus* et caetera eiusdem generis, si inter duo substantia ponantur, non continuo cum praecedente consentient. Quis enim sic audeat loqui: “Reipublicae pestis a Cicerone appellata est Antonius”, “Furiam a M. Tullio aiunt dictam Clodium”? Nec itidem, si post utrunque collocentur, cum alterutro consentire poterunt, nisi quis existimet (ne a propositis exemplis recedamus) bene latine dici “Reipublicae pestis a Cicerone Antonius appellata est”. Quid igitur observandum? Ego sic existimo, habendam esse rationem, quod ad constructionem attinet, non collocationis uerborum, sed ipsarum rerum, ut enim permutatis uerbis non mutatur sensus, ita nec constructionis ratio. Itaque quocunque modo disponantur substantiva, eadem erit constructio: “Antonius a Cicerone appellatus est reipublicae pestis”, hic est rerum simplex ordo. Commuta uersa, ut libet, substantiva, muta quadrata rotundis: *Antonius* et participium appellatus semper cohaerebunt (Álvares 2005[1572]: 294).

Idêntica proposta é defendida pelo gramático madeirense ao dilucidar a concordância correta do verbo copulativo e de outros verbos predicativos quando estes são construídos com um sujeito e um predicativo que divergem quanto ao número e/ou quanto ao género:

Illud Mihi pene exiderat quod plerique omnes grammatici tradunt, uerbum substantium –quod idem de uocatio dictum sit–, cum inter duos nominandi casus diuersi ponitur, consentire cum praecedenti, ut “Adolescentes modesti sunt ornamentum iuuentutis”; cum uero post utrunque collocatur, cum propiori, ut “Adolescentes modesti ornamentum est iuuentutis”, “Ciues flatigiosi sentina reipublicae appellatur”. Quo pacto certe non ausim loqui sine idonei alicuius auctoris testimonio, nam haec soloecismi speciem prae se ferunt. Nen enim uerborum mutatio constructionem mutat. Videndum itaque est utrum substantium sit uerbi, ut ita dicam, basis et fundamentum, nam cum eo uerbum consentiet ubicunque sit locorum. Verbi causa in hac oratione, ne longius abeamus, “Adolescentes modesti sunt ornamentum iuuentutis”, uerbi basis et fundamentum, quod suppositum uocat, est

²⁷ Se considerarmos a interpretação que Kristian Jensen (1986: 119) faz da seguinte afirmação de Linacre sobre a construção transitiva: “Omnibus [...] transitue coniunctis commune est quod uox a qua transitus personae fit, natura praecedere postula team, in quam transitus fit: *Pater Pamphili, filia Chremetis, dixi natura*. Nam si rhetorum structura auribus potius consulens, hoc non seruat, nihil id ad grammaticum” (Linacre 1998[1524]: 240).

adolescentes modesti; quocunque modo uertas haec uerba, sempre uerbum suum requiret suppositum: “Ornamentum iuuentutis sunt adolescentes modesti”, “Modesti adolescentes ornamentum sunt iuuentutis”, “Reipublicae sentina appellantur ciues flatitiosi”, “Flagitiosi ciues reipublicae sentina appellantur” [...] (Álvares 2005[1572]: 304).

Importa, relativamente aos passos reproduzidos, sublinhar a clara distinção entre os dois planos linguísticos, bem como uma tentativa de determinação do constituinte que tem prioridade na concordância com o participio o com o verbo – caracterizado por Álvares como *basis* e *fundamentum*, e também referido por este autor com o termo *suppositum* (ou, por outras palavras, o sujeito do verbo). Contudo, parece-me que não se devem identificar os dois níveis propostos pelo jesuíta com aqueles que defendem os gramáticos racionalistas coevos (o plano em que se dão os esquemas oracionais lógicos e o da realização linguística). É necessário relembrar, a este propósito, que Álvares condiciona os procedimentos de concordância à norma linguística²⁸, ao ponto de supeditar à mesma as regras gramaticais: “Nulla melior tutiorque praeceptio est quam optimorum auctorum usus; quo praeceptore securus loqueris et scribes” (Álvares 2005[1572]: 305).

Segundo o que acabamos de ver, há, nos *De institutione grammatica libri tres*, uma tentativa de explicação de certas estruturas linguísticas, na esteira da gramática de Thomas Linacre. Neste sentido, julgo que se podem detetar dois eixos que configuram a gramática alvaresiana: i) o eixo descritivo – e prescritivo –, essencial na medida em que a gramática se redige para os estudantes aprenderem a falar e a escrever em latim, e ii) o eixo de reflexão linguística, no qual Álvares aproveita a teorização gramatical anterior – e muito especialmente aquela que subjaz à doutrina linacriana –, para analisar certas estruturas gramaticais, sem bem que esta análise seja orientada, a meu ver, num sentido diferente daquele que a doutrina racionalista de Scaligero e do Brocense adota. Desta forma, Manuel Álvares encara a análise das construções sintáticas através de certos procedimentos – como por exemplo a elipse²⁹ – não como uma sorte de, por assim dizer, *regras transformacionais* – que produzem orações, no plano da atuação, afastadas dos esquemas lógicos subjacentes (Breva-Claramonte 1983: 218-219) –, mas como um recurso operativo no

²⁸ Relembrem-se as reservas do gramático perante algumas realizações: “Quo pacto certe non aum loqui sine idonei alicuius auctoris testimonio, nam haec soloeicismi speciem prae se ferunt” (Álvares 2005[1572]: pag.?).

²⁹ A elipse constitui um elemento chave na doutrina racionalista; por exemplo naquela que desenvolve o Brocense (Sánchez Salor 1995: 26).

plano da realização linguística – e também no das relações estruturais... –, rejeitando, por isso, a ocorrência desses recursos, em certos contextos linguísticos, considerados pelo gramático anómalos ou muito pouco aceitáveis.

2.3. Período sanctiano

No que se refere à introdução em Portugal da doutrina defendida na *Minerva seu de causis linguae latinae* de Francisco Sánchez de las Brozas – que, como disse, foi impressa pela primeira vez em Salamanca, em 1587, mas da qual já tinha sido publicada uma primeira versão em Lyon, em 1562 (Liaño 1971; Estal 1975; Fernandes 2004) –, a primeira obra que acolhe, no contexto gramaticográfico português, de forma mais ou menos sistemática, os fundamentos teóricos sanctianos, é a *Arte de grammatica pera em breue saber latim* (Lisboa 1610) de Pedro Sanches de Paredes, parente do Brocense (Ponce de León 2006a: 64). No entanto, décadas antes, tinha sido impresso um tratado ao qual me referi brevemente no ponto 2.2 – a propósito de certos traços linacrianos contidos nele – e que, tal como defendi num trabalho anterior (Ponce de León 2006b), apresenta paralelismos chamativos – é verdade que pontuais – com passagens da primeira versão da *Minerua*; estou a referir-me à *In librum quartum Antonii Nebrissensis de constructione decem partium orationis lucidissima explanatio* (Lisboa 1565) do mestre galego Álvaro de Cadaval, autor que, além de esclarecer os muito obscuros escólios do livro sintático nebrissense, faz como faziam muitos comentadores do *Antonio*; Nas palavras de Sánchez Salor:

[I]a única forma que tenía un gramático de meter la propia doctrina en la enseñanza era la de introducir comentarios, addenda o glosas a la doctrina de Antonio. De ahí que a partir de un momento empiecen a proliferar los comentarios a la Gramática de Antonio, sobre todo al libro IV que es el libro de la sintaxis (2002: 133).

Com efeito, um dos objetivos do catedrático da Universidade de Santiago de Compostela foi o de agregar teoria gramatical que não se encontrava registada nas *Introductiones latinae* nebrissenses... Uma análise mais ou menos atenta da *Explanatio* de Cadaval poderá revelar a assunção de traços teóricos tomados dos *Commentarii grammatici* de Despauterius ou, como acima indiquei, dos *De emendata structura latini sermonis libri sex* de Linacre (Ponce de León 2006b)... E – muito provavelmente – da primeira *Minerua*, porquanto o humanista galego introduz traços doutrinários muito próximos da doutrina sanctiana; por exemplo, na análise dos verbos impessoais ou na interpretação sintática que faz dos possessivos *mea*, *tua*, *sua* subcategorizados pelos verbos *interest* e *refert*, não como ablativos mas como acusativos:

Haec duo uerba *interest* et *refert*, quae cum aliis grammaticis diximus esse impersonalia, esse personalia habereque suppositum, et *mea*, *tua*, *sua*, *nostra*, *uestra*, *cuia* esse accusatiuos plurales, qui reguntur a uerbo *interest* ratione praepositionis, a uerbo *refert* propter eiusdem uerbi naturam, nulli mediocriter docto dubium est (Cadaval 1565: 17v^o)³⁰.

Há, ainda, a propósito destas formas verbais, uma grande semelhança textual entre a *Explanatio* e a *Minerua* de 1562, como se pode ver do confronto dos seguintes fragmentos:

Sánchez de las Brozas (1576[1562])	Cadaval (1565)
Quam falsa esse ostendit Plinius in exemplis citatis: <i>patriam referre, solum referre non uuam</i> . Sed rursus ab ipse ignorantia matre, ut Antaeus olim a terra, uires resumunt et ita disputant. Quemadmodum disiuncte dicimus, <i>in re mea est</i> ; ita coniuncte dicemus, <i>interest mea</i> : nam <i>interest</i> componitur ab <i>in</i> et <i>re</i> et <i>est</i> . Audite moriones serio ridiculi. Latini non dicunt, <i>in re mea est</i> , pro <i>ad me pertinet</i> seu <i>spectat</i> , sed <i>in rem meam este</i> , aut <i>e re mea est</i> (110).	Quod Plinius ostendit in exemplis citatis: <i>patriam referre, solum referre non uuam</i> . Grammaticorum autem insula est ratio. Quemadmodum –inquiunt– disiuncte dicimus <i>in re mea est</i> , ita coniuncte dicemus, <i>interest mea</i> , nam <i>interest</i> componitur ab <i>in</i> et <i>re</i> et <i>est</i> . Quod catoniano risu dignum uidetur. Latini non dicunt <i>in re mea est</i> , pro <i>ad me pertinet</i> seu <i>spectat</i> , sed <i>in rem meam este</i> aut <i>e re mea est</i> (f. 18r ^o).
Si genitiuus uerbis non adhaeret, cur dicimus, <i>praeceptoris est docere</i> ? Quia subintelligitur <i>officium, negocium, munus, iudicium, siue consilium</i> . Quae nomina saepe exprimuntur (108-109).	Cum dicimus <i>praetoris est consulere reipublicae, Boni pastoris est tendere non deglubere pecus, Non est prudentis bis in bello capi</i> , quod falsum est, nam in huiusmodi orationibus breuitatis et elegantiae gratia supprimitur suppositum, quod est <i>opus</i> , uel <i>munus</i> , uel <i>officium</i> , uel <i>consilium</i> , uel <i>iudicium</i> (f. 18v ^o).

Quadro 5

Se esta hipótese fosse aceite, dever-se-ia adiantar várias décadas a receção das ideias sanctianas em Portugal.

No que toca à *Arte de grammatica* de Pedro Sanches de Paredes – cuja redacção é anterior a 1607, de acordo com uma das licenças da obra –, estamos

³⁰ Coteje-se o passo reproduzido com o que consta da *Minerua* de 1562: “[...] dicimus, *regis interest gubernare*, et non dicimus, *mei interest gubernare*. Sed pro genitiuis passiuus adhibemus accusatiuos plurales *mea*, *tua*, *sua*, *nostra*, *uestra*, *cuia* uel *cuius*. In uerbo quidem *interest*, propter praepositionem *inter*. In uerbo autem *refert*, propter eius naturam (actiuum enim est)” (Sánchez de las Brozas 1975[1562]: 109).

³¹ Esta *arte* – da qual, até há pouco tempo, não eram conhecidos exemplares – foi estudada brevemente por Gonçalves Fernandes (2002; 2005).

perante o primeiro (Ponce de León 2002: 499) dos inúmeros comentários redigidos, na sua maior parte, em língua portuguesa da gramática de Manuel Álvares (Ponce de León 2001), mas também estamos perante o comentário – a meu ver – mais peculiar – e o de menor difusão editorial –, porquanto, em forma de anotações aos preceitos sintáticos (Sanches de Paredes 2008[1610]: 141-183), é apresentada, de forma sistemática, uma explicação logicista que, obviamente, não se regista na arte alvaresiana – nem nas edições desta até à morte do autor, nem na edição ao cuidado do também jesuíta António Velez, impressa em Évora em 1599 – (Ponce de León 2002: 499-507; Ponce de León 2006: 63-67). Interessa, a este respeito, confrontar a matéria contida na *grammatica* de Sanches de Paredes com os preceitos e comentários da *editio uellesiana* e com os das *Verae breuesque grammatices latinae institutiones* (1562)³² do Brocense:

Sánchez de las Brozas (1576[1562])	Álvares/Velez (1599)	Sanches de Paredes (2008[1610])
i) O ablativo como regência de certos adjetivos		
Adiectiua nomina (participiis exceptis) nullum casum regunt, nam quando dicimus <i>romanorum primi, romanorum doctissimi</i> , deest <i>ex numero</i> . Illa uero <i>plenus rimarum, lassus uiarum, integer uitae, sceleris purus, cupidus honoris</i> graeca sunt, in quibus deest praepositio EK, quae apud illos genitiuum regit. <i>Dignus honore, uacuis auris, uiduus pharetra, frumento copiosus</i> , supple <i>ab</i> (23).	Quauis oratores libentius substantiua cum adiectiuis copulent ut <i>Vir summa eloquentia, eximia uirtute, excellenti ingenio</i> , tamen non raro ipsis adiectiuis ablatiuum laudis aut uituperationis attribuunt (417).	Muytos adiectiuos de louor, ou vituperio podem tambem ter ablatiuo. Mas debaixo do adiectiuo se entende o substantiuo, & hũa preposiçam tacita, <i>In, vel A</i> , donde se rége: <i>Vt Integer pudore: Asper ingenio: Inclytus armis, vir</i> (147).
	Adiectiua diuersitatis et numeralia ordinis ablatiuum cum praepositione <i>a</i> uel <i>ab</i> admittunt (411).	Algũs destes nomes tambem regem Ablatiuo com preposiçam <i>A, vel Ab</i> : como sam: <i>Extorris, Alienus, Immunis, Exul, Integer, Liber</i> , ou por milhor dizer, todos elles, ou quasi a podem ter, como a tem outros muitos, mas callase as mais vezes (151).

³² Utilizo, para o efeito, a edição salmantina (*excudebat Mathias Gastius*) de 1576. Parto do suposto de que Pedro Sanches de Paredes utilizou, como inspiração para a sua arte, uma das edições da gramática escolar do Brocense.

Ablatiuus a praepositione pendet, sed eleganter illa multis modis subticetur, nam in comparatione (ut, <i>doctior Cicerone</i>) deest <i>prae</i> (22).	Comparatiuo utimur cum ablatiuo quando uel plura diuersi generis comparantur [...], uel cum duo eiusdem aut diuersi generis conferuntur (433).	Vsamos de comparatiuo com Ablatiuo, quando se comparam muitas cousas de diuerso genero: <i>Vt Luce sunt clariora nobis tua consilia</i>. Ou quando se comparam duas cousas do mesmo, ou diuerso genero. <i>Cic. Octa. Quae non posterior dies acerbior priore populo Romano illuxit?</i> O mesmo caso rege o Positiuo com este aduerbio <i>Magis</i>: ut, <i>Quid magis est durum saxo?</i> porque tem força de comparatiuo. Verdade seja que se supple a preposiçam, <i>Prae</i> (152-153).
ii) A análise de <i>mea, tua, sua...</i> como constituintes subcategorizados por <i>interest</i> e <i>refert</i>		
Actium uerbum est, quod actionem significat, ut <i>uiuo, amplexor, memini</i>. Semper et necessário transit in accusatiuum: ut <i>amo literas</i>. Sic <i>delectat, iuuat, decet, oportet, refert</i>, ut <i>hoc refert mea negotia</i>, id est, <i>repraesentat</i> (24). [...] Si accedat [a <i>sum</i>] praepositio INTER, dicimus <i>patris interest</i>, et <i>regis interest gubenare</i>, et subintelligimus accusatiuum pluralem <i>negotia, officia</i>, siue <i>consilia</i>, nec tunc illis quinque genitiuis utimur, sed accusatiuis <i>mea, tua, sua, nostra, uestra, cuius</i>, ut <i>non mea sed regis interest gubernare</i>, id est, <i>gubernare non est inter mea, sed inter officia regis</i> (26-27).	<i>Interest</i> [...] et <i>refert</i> ablatiuos <i>mea, tua, sua, nostra, uestra</i> sibi uendicarunt; quibus ablatiuis addi possunt genitiui <i>unius, solius, ipsius</i> caeterique qui possessiuis adduntur (566).	Podem [<i>interest, refert</i>] sòmente tomar Estes cinco Accusatiuos Da terminação neutral, <i>Mea, Tua, Nostra, Vestra, Sua</i>, em numero plural: <i>Hoc interest mea, & tua</i>. Os quais pera o verbo <i>Sum</i>, Se acabam todos em <i>Vm</i>: <i>Vt Iocari non est meum</i>. <i>Mea, Tua, Nostra, &c.</i> sam Accusatiuos neutrays, que regem <i>Interest, & Refert, &</i> entenderseham os substantiuos, <i>Officia, vel Negotia</i>: <i>vt Hoc est inter mea negotia, vel officia. Hoc refert tua, id est, Repraesentat tua negotia, vel officia</i>. O verbo <i>Sum</i> em lugar de <i>Mea, Tua, Sua, &c.</i> tem <i>Meum, tuum, suum, &c.</i> <i>Vt Puto esse meum (supple officium) quid sentiam exponere</i> (154).

iii) Elisão de preposições em constituintes aparentemente subcategorizados pelo verbo		
In uerbis copiae et inopiae causa cernitur uelut efficiens, ideo deest <i>a</i> uel <i>ab</i> (159).	Vult sextum <i>indigeo</i>, <i>careo</i>, <i>uaco</i>, <i>uictito</i>, <i>uescor</i> [...]. Haec etiam ablatiuo gaudent, ut <i>egere tempore</i>, <i>indigere pecunia</i>, <i>facessere urbe</i> [...]. Verborum ablatiuum exigentium, quae ediscenda proponuntur et quorundam aliorum quod ea non facile occurrant, exempla subiiciam. Inter quae nonnulla, quae ad ablatiuum causae referri possent, consulto immiscentur, propterea quod non omnes ita philosophiae praecepta callent, ut rerum causas possint in uerborum constructione speculari (459-460).	<i>Egeo</i>, <i>Indigeo</i>, <i>Citeo</i>, <i>Abundo</i>, <i>Vaco</i>, <i>uiuo</i>, <i>Victito</i> [...]. <i>Regem todos Ablatiuo</i> (159-160). Estes sam os verbos que mais ordinariamente regem Ablatiuo. Nos demais se rege da preposição <i>tacita</i>, como fica ditto: & ainda em quasi todos estes (160-161).
Duos [...] diuersae rei accusatiuos nullum uerbum regit. Nam in illis, undecim (<i>admoneo</i>, <i>moneo</i>, <i>rogo</i>, <i>flagito</i>, <i>posco</i>, <i>reposco</i>, <i>edoceo</i>, <i>doceo</i>, <i>erudio</i> atque <i>interrogo</i>, <i>coelo</i>) Graeco more deest KATA, id est <i>circa</i>, <i>iuxta</i> uel <i>secundum</i> (25) Si [...] sunt diuersae rei accusatiui, ille tantum mutatur qui non dependet a praepositione, ut <i>doceo</i> <i>te artes</i>, <i>tu doceris artes</i> (26).	Quaedam accusandi geminum sibi sumere casum Verba queunt <i>moneo</i>, <i>doceo</i> cum prole: <i>reposco</i> <i>Flagito</i>, <i>posco</i>, <i>rogo</i>: quibus adde <i>interrogo</i>, <i>celo</i>. <i>Moneo</i>, <i>doceo</i> cum compositis, item <i>flagito</i>, <i>posco</i>, <i>reposco</i>, <i>rogo</i>, <i>interrogo</i>, <i>celo</i>, duos accusandi casus admittunt (496).	<i>Moneo</i>, & <i>Doceo</i>, e os cõpostos, <i>Reposco</i>, <i>Flagito</i>, <i>Posco</i>, <i>Rogo</i>, <i>Interrogo</i>, atque <i>Celo</i>, Regem dous Accusatiuos: <i>Doceo te grammaticam</i>. [...] Estes verbos nam regem mais que o Accusatiuo da pessoa, porque o outro rege-se de hũa preposição <i>tacita</i>, q̃ será <i>Circa</i>, <i>Iuxta</i>, ou <i>Per</i>: vt <i>Doceo te grammaticam</i>: id est, <i>circa grammaticam</i>. Isto se vee claro na passiuã; <i>Tu doceris a me grammaticam</i> (166-167).

Quadro 6

Do quadro apresentado, pode observar-se que Pedro Sanches segue a estratégia da maior parte dos comentadores da gramática de Manuel Álvares: glosa os preceitos alvarísticos em português e agrega explanações a propósito deles, introduzindo, em certos casos, teoria alheia à gramática que comentam

(Ponce de León 2001: 337); no entanto, diferentemente dos denominados *cartapácios*, Pedro Sanches acrescenta informação linguística proveniente da doutrina sanctiana. No caso dos exemplos analisados, as construções, no plano da realização, são explicadas através da elisão de um constituinte – um substantivo ou uma preposição –, por forma a reduzir as múltiplas realizações sintáticas aos esquemas lógicos subjacentes: a) na doutrina sanctiana, o ablativo deve sempre ser regido por uma preposição (Sánchez de las Brozas 1995[1587]: 154-162); coerentemente com tal proposta, na *Arte pera em breue saber latim*, o ablativo não poderá ser regido por certos nomes a não ser que *se entenda* a preposição *in* ou *a* e, no comparativo, *suplese* a preposição *prae*; b) por seu turno, o Brocense advoga que o verbo deve, apenas e obrigatoriamente, subcategorizar um acusativo (Sánchez de las Brozas 1995[1587]: 234-241); por conseguinte, na gramática de Sanches de Paredes, outras aparentes regências do verbo são, na verdade, explicadas pela elisão de um nome – em *refert* e *interest*, *negotia* ou *officia* – ou de uma preposição – *circa*, *iuxta* ou *per* no segundo acusativo de verbos como *doceo* –. Interessa, por outro lado, salientar o facto de, na proposta de Pedro Sanches de Paredes, este procedimento sintático – a elisão – não ser apenas uma figura de construção à qual os gramáticos recorrem ocasionalmente para descrever as diferentes construções sintáticas; pelo contrário, dos fragmentos reproduzidos acima, pode deduzir-se que a elipse constitui uma operação à qual se deve recorrer para explicar a realização divergente dos esquemas lógicos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente trabalho, foi analisado, de forma mais ou menos atenta, o modo como os gramáticos portugueses – os latino-portugueses – de Quinhentos se aproximam – ou não – da doutrina racionalista. Foi também suficientemente esclarecido que, no século XVI, não há autores portugueses que se possam enquadrar de forma clara e unívoca na corrente logicista – como, com efeito, acontece, noutros países, com Scalígero ou com o Brocense –. A este respeito, perante a questão de se houve uma corrente racionalista consolidada na gramaticografia portuguesa deste período, julgo que a resposta deverá ser negativa: no início do século XVI, os comentadores portugueses da gramática de Juan de Pastrana propõem uma abordagem que segue ainda de perto a matriz especulativa da gramática medieval e, por esta razão, apresentam elementos mais próximos da gramática racionalista renascentista do que as artes que sairão dos prelos portugueses durante as décadas seguintes; a partir do segundo terço do século, por sua vez, é detetada uma evolução da descrição gramatical latino-portuguesa no que se refere à penetração dos postulados de Thomas Linacre; especial atenção merece o

caso de Manuel Álvares, gramático que parte do *De emendata structura* para tratar de resolver certas construções sintáticas problemáticas - na perspectiva do jesuíta -, como é o caso da atribuição de um sujeito para muitos verbos que tradicionalmente eram analisados como impessoais. Só no limiar do século XVII – com a exceção residual, pelo menos quanto à análise sintática, da *Explanatio* de Álvaro de Cadaval –, pode vislumbrar-se, na esteira do Brocense, a aplicação mais ou menos sistemática da elipse para explicar certas estruturas sintáticas na realização linguística; é o caso da *Arte pera em breue saber latim* de Pedro Sanches de Paredes. Nos séculos XVI e XVII, a corrente racionalista latino-portuguesa – muito reduzida – culmina com a obra gramatical de Amaro de Roboredo. Seja como for, não seria adequado pensar que, por essa razão, na gramática latino-portuguesa quinhentista não houve reflexão sobre a teoria linguística; pelo contrário, as gramáticas analisadas no presente trabalho mostram precisamente o esforço dos autores por conjugar a descrição e a análise da língua latina com o seu ensino. Constituem, por esta razão, um conjunto de obras chave para o estudo das ideias linguísticas em Portugal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVARES, Manuel. 1572. *De institutione grammatical libri tres* (cf. PONCE DE LEÓN, Rogelio. 2005).

ÁLVARES, Manuel. 1599. *Emanuelis Aluari e Societate Iesu de institutione grammatical libri tres, Antonii Vellesii ex eadem Societate Iesu in Eborensi Academia praefeti studiorum opera aucti et illustrate*. Évora: Manuel de Lyra.

BREVA-CLARAMONTE, Manuel. 1983. *Santius' Theory of Language: A contribution to the history of Renaissance linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins (Series III – Studies in the History of Linguistics. Volume 27).

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. 1984a. *Babel ou a ruptura do signo: A gramática e os gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. 1984b. *Historiografia da língua portuguesa. Século XVI*. Lisboa: Sá da Costa.

CADAVAL, Álvaro de. 1565. *In librum quartum Antonii Nebrissensis de constructione decem partium orationis Cadabalis Grauii Calydonii lucidissima explanatio*. Lisboa: Francisco Correia.

CODOÑER, Carmen. 2000. *Gramáticas latinas de transición: Juan de Pastrana, Fernando Nepote. Introducción y edición*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca (Acta salmanticensia: Estudios Filológicos; 275).

COMPANHIA DE JESÚS. 1555. *De constructione octo partium orationis* (cf. PONCE DE LEÓN, Rogelio. 2002a).

FERNANDES, Gonçalo. 2002. “A primeira gramática latina escrita em

Português”. *Revista Portuguesa de Humanidades* 6:1-2. 481-495.

FERNANDES, Gonçalo. 2004. “A edição *Princeps* da *Minuerua* (León 1562) de Sánchez o Brocense”. *Revista Portuguesa de Humanidades* 8: 1-2. 251-265.

FERNANDES, Gonçalo. 2005. “A Arte de Grammatica (1610) de Pedro Sánchez”. *Boletim de Estudos Clássicos* 44. 137-145.

HARTO TRUJILLO, María Luisa. “Introducción”. 11-46 (cf. LINACRE, Thomas. 1998[1524]).

HOMEM, Fernando Soares. 1557. *Grammatices duo compendia, eo modo in methodon contracta, ut nihil aut redundet, aut desit*. Coimbra: João Álvares.

JENSEN, Kristian. 1986. “*De emendata structura latini sermonis*: the latin grammar of Thomas Linacre”. *Journal of the Warburg and Courtauld Institutes* 49. 106-125.

LIANO, José María. 1971. “La primera redacción de la *Minerva*”. *Estudios Clásicos* 15/63 (mayo). 187-205.

LINACRE, Thomas. 1998[1524]. *De emendata structura latini sermonis*. Introducción, edición crítica, traducción y notas por M^a Luisa Harto Trujillo. Cáceres: Universidad de Extremadura. Servicio de Publicaciones (Grammatica Humanistica. Serie Textos. 1).

LÓPEZ MOREDA, Santiago. 1999. “Los *In Grammaticae Rudimentis commentarii* de João Vaz. Concepto de *Elegantia*”. *Actas do I Congresso Internacional Humanismo Novilatino e Pedagogia: Gramáticas, Criações Maiores e Teatro* ed. por António Maria Martins Melo, 217-235.. Braga: Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Filosofia – UCP.

MAÑAS, Manuel. 1999. “Aproximación a la Sintaxis Latina de Manuel Álvares”. *Actas do I Congresso Internacional Humanismo Novilatino e Pedagogia: Gramáticas, Criações Maiores e Teatro* ed. por António Maria Martins Melo. Braga: Centro de Estudos Clássicos da Faculdade de Filosofia – UCP. 237-249.

MARTINS, António. 1497. *Materierum editio a baculo cecorum breuiter collecta*. Lisboa: Valentim Fernandes.

NEBRIJA, Antonio de. 1540[1488]. *Aelii Antonii Nebrissensis introductiones in latinam grammaticen per eundem recognitae atque exactissime correctae glossematis cum antiquo exemplari collatis*. Granada: s. impr.

NEPOTE, Fernando. cc. 1480. *Materies* (cf. CODOÑER, Carmen. 2000).

PASTRANA, Juan de. *Grammatica* (cf. CODOÑER, Carmen. 2000).

PADLEY, G[eorge] Arthur. 1982. “L’importance de Thomas Linacre (env. 1460-1524) comme source dans l’évolution des theories grammaticales en Europe au XVIe et au XVIIe siècles”. *Langues et Linguistique* 8: 2. 17-56.

PERCIVAL, W[illiam] Keith. 1976. “Deep and surface Structure Concepts in Renaissance and Mediaeval Syntactic Theory”. *History of Linguistic Thought and Contemporary Linguistics* ed. por Henry Parret, 238-253. Berlin/New York: Walter de Gruyter.

PINHEL, Duarte. 1543. *Latinae grammatices compendium*. Lisboa: Luís Rodrigues.

PONCE DE LEÓN, Rogelio. 2000. “Las propuestas metodológicas para la enseñanza del latín en las escuelas portuguesas de la Compañía de Jesús a mediados del siglo XVI”. *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios Latinos* 19. 233-257.

PONCE DE LEÓN, Rogelio. 2001. “El Álvarez en vernáculo: las exégesis de los *De institutione grammatica libri tres* en Portugal durante el siglo XVII”. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Série “Línguas e Literaturas”* 18. 317-338.

PONCE DE LEÓN, Rogelio. 2002a. “Textos gramaticales jesuíticos para la enseñanza del latín en Portugal: el *De constructione octo partium orationis* (Coimbra 1555)”. *Cuadernos de Filología Clásica. Estudios latinos* 22:1. 211-253.

PONCE DE LEÓN, Rogelio. 2002b. “O Brocense na teoria gramatical portuguesa no início do século XVII”. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Série “Línguas e Literaturas”* 19. 491-520.

PONCE DE LEÓN, Rogelio. 2005. *Aproximación a la obra de Manuel Álvares. Edición crítica de sus De institutione grammatica libri tres*. Madrid: Universidad Complutense. Servicio de Publicaciones. 1 CD-Rom.

PONCE DE LEÓN, Rogelio. 2006a. “De pasiones gramaticales: en torno a las *Obieções contra esta Grammatica, & repostas a ellas* de Amaro de Roboredo”. *Península. Revista de Estudos Ibéricos* 3. 61-99.

PONCE DE LEÓN, Rogelio. 2006b. “Consideraciones sobre las ideas sintácticas de Álvaro de Cadaval (cc. 1505-1575) en el marco de la teoría gramatical renacentista”. *Caminos Actuales de la Historiografía Lingüística. Actas del V Congreso Internacional de la Sociedad Española de Historiografía Lingüística*, v. II ed. por Antonio Roldán [et. al.], 1257-1269. Murcia: Universidad de Murcia,.

PONCE DE LEÓN, Rogelio. 2008. “Fuentes españolas en la primera gramática latina de Amaro de Roboredo”. *Gramma-Temas 3: España y Portugal en la tradición gramatical* ed. por Marina Maquieira & María Dolores Martínez Gavilán. León: Universidad de León, Centro de Estudios Metodológicos e Interdisciplinares.

PONCE DE LEÓN, Rogelio. No prelo. “Os verbos impessoais na gramaticografia latino-portuguesa (1497-1552)”. *Lusofone SprachWissenschaftsGeschichte II* ed. por Rolf Kemmler & Barbara Schäfer-Priess. Tübingen: Calepinus Verlag.

RAMALHO, Américo da Costa. 1977-1978. “Um capítulo da História do Humanismo em Portugal: o “Prologus” de Estêvão Cavaleiro”. *Humanitas* 29-30. 121-151.

RESENDE, André de. 1540. *De uerborum coniugatione commentarius*. Lisboa: Luís Rodrigues.

ROBOREDO, Amaro de. 2007[1615]. *Verdadeira grammatica latina para se bem saber em breue tempo*. Prefácio de Amadeu Torres e Estudo

introdutório de Gonçalo Fernandes [et. al.]. Vila Real: Centro de Estudos em Letras / Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

ROMBO, Pedro. 1497. *Materiarum editio ex báculo cecorum [...] breuiter collecta*. Lisboa: Valentim Fernandes.

SANCHES DE PAREDES [= SÁNCHEZ], Pedro. 2008. *Arte de grammatica, pera em breve saber latim*. Prefácio de Amadeu Torres e Estudo introdutório de Rogelio Ponce de León [et. al.]. Vila Real: Centro de Estudos em Letras / Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

SÁNCHEZ DE LAS BROZAS, Francisco. 1566. *Verae breuesque grammatices latinae institutiones*. Salamanca: Matías Gast.

SÁNCHEZ DE LAS BROZAS, Francisco. 1576. *Verae breuesque grammatices latinae institutiones*. Salamanca: Matías Gast.

SÁNCHEZ DE LAS BROZAS, Francisco. 1975[1562]. *Minerua (1562)*. Introducción y estudio de Eduardo del Estal Fuentes. Salamanca: Universidad de Salamanca. Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico.

SÁNCHEZ DE LAS BROZAS, Francisco. 1995[1587]. *Minerua o De causis linguae latinae*. Introdução e edição de Eustaquio Sánchez Salor (livros I, III, IV) e de César Chaparro Gómez (livro II). Cáceres: Institución Cultural “El Brocense” / Universidad de Extremadura. Servicio de Publicaciones.

SÁNCHEZ SALOR, Eustaquio. 1995. “Introducción”. 7-31. (Cf. SÁNCHEZ DE LAS BROZAS, Francisco. 1995).

SÁNCHEZ SALOR, Eustaquio. 2002a. *De las “elegancias a las “causas” de la lengua: retórica y gramática del humanismo*. Alcañiz: Institutos de Estudios Humanísticos; Madrid: Ediciones del Laberinto/Consejo Superior de Investigaciones Científicas; Cádiz: Universidad de Cádiz. Servicio de Publicaciones; Zaragoza: Universidade de Zaragoza. Servicio de Publicaciones; Teruel: Instituto de Estudios Turolenses (Colección de Textos y Estudios Humanísticos “Palmyrenus”; Serie Estudios I).

SÁNCHEZ SALOR, Eustaquio. 2002b. “Nebrija contra Pastrana en el Portugal de 1500”. *Cataldo e André de Resende: Congresso Internacional do Humanismo Português (Coimbra, Lisboa, Évora, 25 a 29 de Outubro de 2000)*, 185-206. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos.

SÁNCHEZ SALOR, Eustaquio. 2006. “El gramático humanista Cavaleiro: Su *Grammatices Ars*”. *Humanitas* 58. 185-206.

VERDELHO, Telmo. 1995. *As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas*. Aveiro: Instituto Nacional de Investigação Científica.

VERDELHO, Telmo. 2001. “Um remoto convívio interlinguístico: tradição teórica e herança metalinguística latino-portuguesas”. *Caminhos do português. Exposição comemorativa do ano europeu das línguas* coord. por Maria Helena Mira Mateus, 75-94. Lisboa: Biblioteca Nacional.